

## Economia

**ESTREIA NA BOLSA DE NY**  
Ações da Reddit saltam 48%

Rede social 'se vende' como vasta 'fonte de dados' sobre 'experiência humana'



## VITÓRIA DO GOVERNO

## REVIRAVOLTA

## STF derruba tese da revisão da vida toda do INSS e evita impacto para União de R\$ 480 bi

DANIEL GULZINO, MARIANA MUNIZ E GERALDA DOCA  
em São Paulo e Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que os segurados não podem escolher o regime mais benéfico para sua aposentadoria do INSS. Na prática, esse entendimento inviabiliza a chamada revisão da vida toda dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social, que fora autorizada pela própria Corte em outra ação. A decisão foi tomada por 7 votos a 4. A reviravolta representa um alívio nas contas do governo federal, que calcula oficialmente um impacto de R\$ 480 bilhões.

A revisão da vida toda é discutida nos tribunais há mais de duas décadas. Em 2022, o plenário do STF havia decidido que o mecanismo é constitucional. Isso significa que todas as contribuições previdenciárias feitas ao INSS pelos trabalhadores no período anterior a julho de 1994 (quando entrou em vigor o Plano Real, que estabeleceu a economia e deu fim à hiperinflação no país) poderiam ser consideradas no cálculo das aposentadorias. Isso tinha o potencial de aumentar os rendimentos de parte dos aposentados que recebiam salários maiores e que não foram considerados para o cálculo do benefício, ou seja, para parte dos segurados poderia significar uma regressão vantajosa.

**NÃO PODE OPTAR**  
Entretanto, a decisão não entrou em vigor porque ainda há um recurso pendente contra ela, ingressado pelo governo. Esse recurso também estava na pauta de ontem, mas antes os ministros decidiram analisar outras duas ações que questionam alterações no sistema previdenciário promovidas por uma lei de 1999 que criou o fator previdenciário — a reforma da Previdência do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O fator previdenciário é uma fórmula matemática para definir o valor



Debate de décadas. Sessão do Supremo: Corte decidiu que o segurado não pode optar pela regra mais favorável e que na prática inviabiliza a revisão da vida toda

das aposentadorias e foi adotado na época para incentivar que o segurado trabalhasse por mais tempo. A Reforma da Previdência de 2019 substituiu o fator, mas ele ainda é usado para quem se encaixa nas chamadas regras de transição.

Ao analisar essas ações, os ministros do STF aprovaram uma tese que estabelece que o segurado não pode optar pela regra mais favorável. Por maioria, o tribunal entendeu que os segurados não têm direito de opção, mesmo que a regra seja mais benéfica a ele. É uma decisão exatamente oposta à revisão da vida toda.

Com isso, a revisão da vida toda fica prejudicada, já que os segurados poderão seguir apenas as regras do fator previdenciário, sem direito à escolha.

A decisão tomada ontem prevalece sobre a da revisão da vida toda, de 2022, por-

que é resultado do julgamento de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), classe processual que tem mais força.

Prevaleceu a posição apresentada pelo ministro Cristiano Zanin, de que as regras estabelecidas na lei de 1999 não poderiam ser opcionais. Ele ingressou na Corte em agosto do ano passado após ser indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foram previstas três regras específicas, inclusive uma de transição, justamente para preservar o equilíbrio do sistema previdenciário. Não me parece possível, portanto, que com a declaração da constitucionalidade essa regra de transição possa ser de natureza optativa — afirmou.

O ministro Flávio Dino, que também entrou no STF depois do julgamento original da revisão da vida toda, também seguiu o voto de

rios de contribuição” — afirmou o ministro.

Concordaram com Moraes os ministros André Mendonça, Edson Fachin e Cláudio Lúcia. Barroso, que é presidente do STF, acompanhou Zanin e afirmou que “ninguém fica feliz” de não favorecer os segurados, mas ressaltou que é preciso garantir a “integridade do sistema” previdenciário.

— Todos nós gostaríamos de dar o máximo possível a todas as pessoas. Mas nós também temos que zelar pelo que consideramos a integridade do sistema, se não perdemos todos.

## AGU: DECISÃO EVITA ‘CAOS’

Barroso preferiu pautar as ADIs antes de discutir o recurso da revisão da vida toda em si. A votação desse recurso já começou no plenário virtual do STF e, inclusive, teve votos de ministros agora aposentados. Por isso, no entendimento de Barroso, segundo interlocutores, era preferível votar antes uma ação com mais peso jurídico.

Desde o fim do ano passado, a AGU tem feito um corpo a corpo com todos os ministros da Corte. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também atuou para reverter o entendimento do STF sobre o processo da revisão da vida toda.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, que passou a tarde no STF, comemorou a decisão:

— Uma grande vitória para o Estado brasileiro.

Em nota, a Advocacia-Geral da União (AGU) considerou a decisão do STF “paradigmática” ao Estado brasileiro. Na nota, a AGU afirma ainda que a decisão evita um cenário de “caos” administrativo no INSS. Uma das dificuldades caso o processo da revisão da vida toda fosse mantido seria recuperar os dados dos segurados. Registros anteriores a 1994 estão em papel e ainda não foram digitalizados.

“A decisão do STF garante segurança jurídica e confirma entendimento fixado pelo próprio Tribunal há mais de 20 anos”, concluiu a AGU.

## Para especialistas, chance de rever decisão adiante é baixa

Diferença no placar dificultaria. Mesmo assim, IBDP pretende recorrer

LETÍCIA CARDOSO  
e VINÍCIUS NERES  
em Brasília

Especialistas ouvidos pelo GLOBO após a decisão do STF avaliam que há pouco espaço para que ela seja revista. Mesmo assim, pretendem entrar com recursos na tentativa de reaver o

direito de aposentados que ganhavam altos salários antes de julho de 1994 podem considerá-los no cálculo do benefício.

O debate sobre a revisão da vida toda também inclui divergências quanto às cifras envolvidas. O governo avaliou que o resultado do

juízo seria bem menor, já que o número de beneficiários é limitado.

O recurso só seria vantajoso para pessoas que tivessem feito contribuições expressivas antes do Plano Real e que, depois, tivessem passado a ter renda menor, fazendo, dessa forma, contribuições menores. Seria o caso de alguém que perdeu um emprego de boa remuneração e passou a trabalhar como autônomo com rendimento mais baixo, por exemplo.

Abella avalia que o Supremo recorreu a uma estratégia jurídica para anular um julgamento de dezembro de 2022,

com base em sua nova formação. Por isso, diz que o IBDP vai se valer de “embargos de declaração” contra a decisão — mesmo tipo de recurso usado pelo INSS em uma das ações envolvendo a “revisão da vida toda”. O advogado previdenciário Luiz Almeida, no entanto, não vislumbra chances de sucesso no recurso.

Embora tenha criticado a decisão do STF, o advogado Everson Salen, coordenador regional de Santa Catarina do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), também vê poucas chances de recursos contrários serem bem-sucedidos.

— Houve outras decisões do STF ou de tribunais locais afora garantindo direitos dos aposentados, mas o STF foi lá e mudou. O pacto econômico acabou falando mais alto — afirmou, ressaltando que a obrigatoriedade de o governo ter de gastar mais com a Previdência sempre é o “pano de fundo” dessas decisões judiciais.

Ele ainda criticou a forma como o STF chegou a essa decisão, com a mudança na composição dos ministros da Corte. Mesmo assim, o fato de o placar final ter sido de 7 votos a 4 dificulta o sucesso de qualquer recurso.